

Coerência.pt: o eixo do desenvolvimento

(IN) FORMAÇÃO



O que é que sabemos sobre CPD?

OCDE

“CPD significa assegurar que os objetivos e resultados das políticas de desenvolvimento de determinado governo não são prejudicados por outras políticas do mesmo que impactem diretamente nos Países em Desenvolvimento e que essas outras políticas suportem os próprios objetivos de desenvolvimento sempre que possível”

COMISSÃO EUROPEIA

“A União Europeia visa construir sinergias entre políticas para além das da cooperação para o desenvolvimento que tenham um impacto significativo nos países em desenvolvimento (...). A política de desenvolvimento por si só não trará resultados suficientes”

FAIR POLITICS

“Não se pode dar com uma mão e tirar o que se dá com a outra”

O que é que sabemos sobre CPD?

PORTUGAL

"A promoção do desenvolvimento, em particular nos países que nos são mais próximos, será mais favorecida se houver uma estreita coordenação entre as diversas políticas públicas que concorrem para este objetivo, como a política comercial, o combate às alterações climáticas ou a política migratória. Assim, a maior coerência entre políticas nacionais que afetem os países em desenvolvimento e a política de cooperação para o desenvolvimento representa um elemento fundamental para a racionalidade, eficiência e eficácia da cooperação portuguesa"

In [Resolução do Conselho de Ministros 82/2010](#)

O "S" da Sustentabilidade



O conceito cresceu e mudou para se tornar "**Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS)**", e atraiu atenções exteriores ao setor de desenvolvimento. Da CPD à CPDS temos de ter em atenção às seguintes questões:

1. Envolve as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável (social, ambiental, económico e governança)?
2. Tem um impacto positivo ou negativo na capacidade dos Estados-Membros da UE ou de outros países para alcançar o desenvolvimento sustentável?
3. Tem consequências para as gerações futuras?

Mas em Portugal, e porque temos uma resolução pioneira ...continuamos a falar em CPD . A sustentabilidade está presente claro, mas não na sigla

A nova tónica na **sustentabilidade** é um compromisso ambicioso. Abraçando os princípios básicos da Agenda de 2030 significa quebrar a divisão Norte / Sul e olhar os desafios globais através da lente de longo prazo do desenvolvimento sustentável. Os esforços para a CPD, portanto, não devem apenas minimizar os impactos negativos externos: eles devem visar fundamentalmente a mudança do sistema económico, social e político, de forma a que as futuras gerações possam viver num mundo livre da pobreza, de pleno respeito pelos direitos humanos e pelos limites do planeta, garantindo que **NINGUÉM É DEIXADO PARA TRÁS**



A coerência é um ciclo que envolve 3 níveis: (i) definição dos objetivos e compromissos políticos; (ii) implementação através de mecanismos de coordenação e identificação sistemática das incoerências; (iii) monitorização e análise do impacto que as várias políticas têm no desenvolvimento.



CPD: um conceito útil

Coerência na abordagem e nos processos

A promoção da CPD é um processo que requer tempo, na medida em que representa uma alteração fundamental nos modos de atuação. Significa, nomeadamente, que se deve caminhar no sentido de desenvolver respostas integradas e abordagens conjuntas entre os diversos sectores – as chamadas abordagens intergovernamentais para responder aos desafios multidimensionais do desenvolvimento nos países parceiros.

SEGURANÇA ALIMENTAR GLOBAL

MIGRAÇÕES

SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

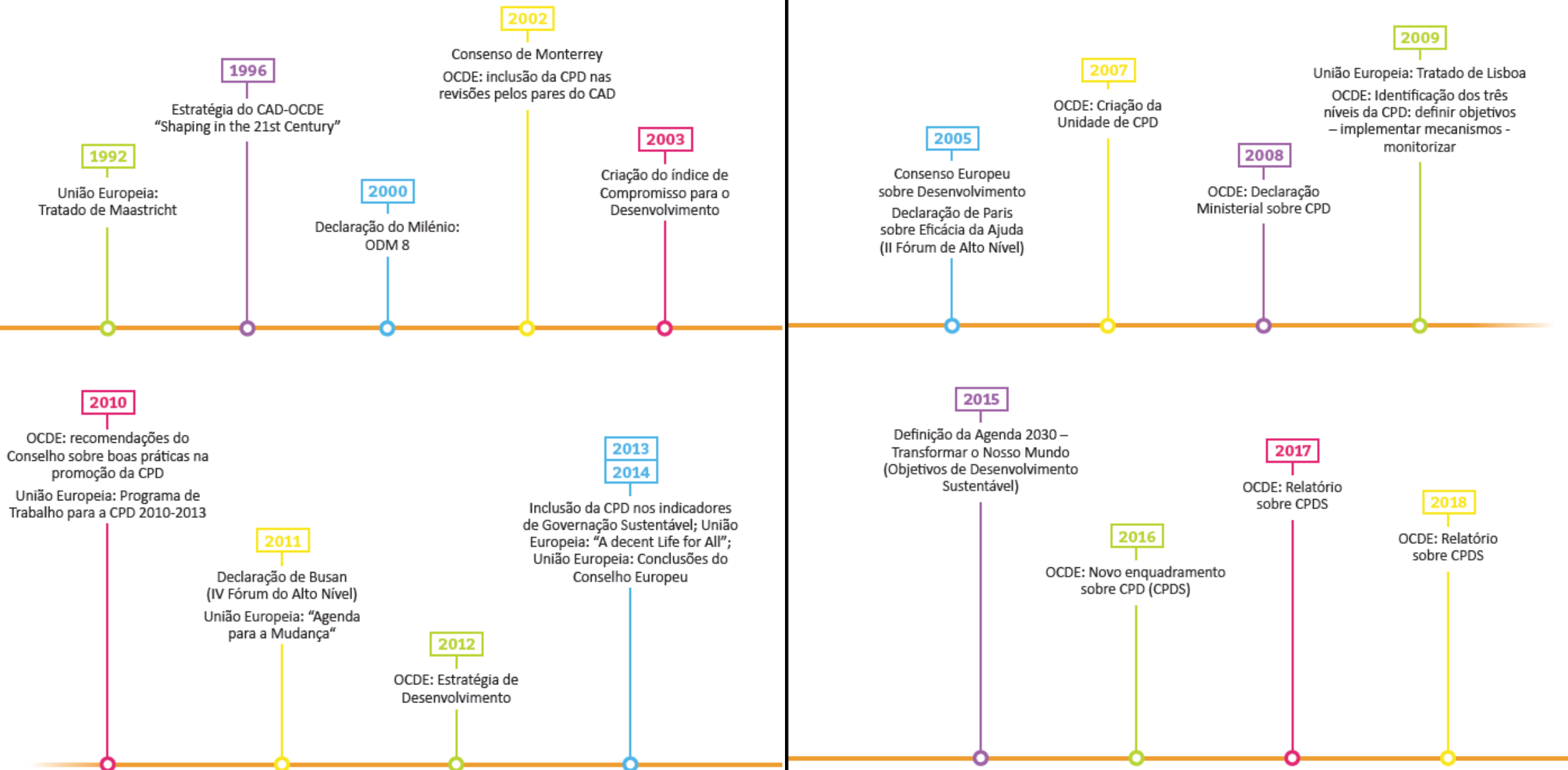
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

COMÉRCIO E FINANÇAS



MARCOS HISTÓRICOS

DA CPD



Afirmção da CPD na Agenda 2030

A ambição da Agenda 2030 em “Transformar o nosso Mundo”, vertida para 17 objetivos, 169 metas, 232 indicadores, apresenta-se como os passos a seguir para garantir um mundo mais justo, mais digno, mais inclusivo e sustentável.

A CEREJA NO TOPO DO BOLO

Do tratado de Maastricht à Agenda 2030, muitos foram os marcos que evidenciaram a importância da CPD. Com a definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assistimos, uma vez mais, à consagração internacional da CPD.

A coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável é um requisito fundamental para perceber a natureza transformadora da Agenda 2030 e implementar os ODS. Mais do que nunca é necessário alinhar as prioridades políticas e os orçamentos disponíveis aos objetivos que queremos atingir. Do ponto de vista da eficiência económica e social, é contraproducente desenvolver quadros de financiamento e implementar ações que incentivem as despesas que são prejudiciais para o ambiente e para a saúde ou suscetíveis de aumentar as disparidades quanto à igualdade e bem-estar. Além disso, os efeitos a longo prazo precisam de ser levados em consideração para evitar uma situação em que uma opção política pode ter ganhos de curto prazo, mas, no geral, perdas a longo prazo. Acresce a responsabilidade ética, política e financeira para com os cidadãos, que nos deveria motivar a gastar o dinheiro dos contribuintes de uma forma sustentável.



AGENDA UNIVERSAL

Todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, terão de implementar a Agenda 2030, consoante o seu nível de desenvolvimento e realidades nacionais, definindo prioridades, medidas e indicadores para atingir os objetivos e metas propostas.

Nesse sentido, cada país terá de investir em melhorar a coerência de um conjunto de políticas, práticas, instituições e recursos, para criar o contexto nacional propício para implementar a Agenda de Desenvolvimento Global.

E sim, anime-se!!!
Já temos indicadores nacionais.
Hip hip hooray

<http://ods.imvf.org/recursos>

Mas quais são as pedras basulares da CPD?

A OCDE empenhada na promoção da CPD identificou 8 Pedras basulares, que ao serem tidas em conta, alinham visões, práticas e impactos.



Para lá...

Mais do que uma obrigação legal e um compromisso político dos Estados-membros, a CPD deveria ser considerada como o principal eixo de ação do processo de desenvolvimento . Pelo papel que lhe é atribuído pelos principais atores do desenvolvimento , como princípio base para garantir a erradicação da pobreza através da interligação entre várias políticas , e como instrumento de atuação , não é de estranhar que a sua importância seja reconhecida a nível global, nacional e local.

GLOBAL

Reconhecendo que a definição das principais políticas : agricultura, alterações climáticas, finanças , agro industria se faz a nível global , é preciso garantir um alinhamento entre esta escala e a local, de modo a que se garanta uma implementação coerente dessas políticas.

NACIONAL

As várias políticas setoriais ao nível nacional devem ser avaliadas numa ótica de terem contribuído ou não, para o desenvolvimento do país e das populações.

Em Portugal, o empenho em prosseguir políticas coerentes está espalhado na Resolução sobre CPD. No entanto, também a nível nacional se verifica uma dissociação entre retórica e prática.

LOCAL

O desenvolvimento operacionaliza-se numa escala glocal (global + local), pelo que é imperativo reforçar o conhecimento dos atores de desenvolvimento locais sobre as áreas temáticas prioritárias da CPD, para que possam agir na promoção de um processo de desenvolvimento mais integrado e valorizado.

5 ÁREAS TEMÁTICAS DA CPD

Alterações Climáticas :: Segurança e Soberania
Alimentar :: Migrações :: Comércio e Finanças ::
Segurança



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A União Europeia (UE) e os seus Estados-membros são líderes mundiais no financiamento do combate às alterações climáticas. O financiamento da luta contra as alterações climáticas deve ser complementado por uma ação coerente de apoio aos países em desenvolvimento para que estes sejam capazes de mitigar esses efeitos, bem como por planos de desenvolvimento nacionais, estratégias políticas, instrumentos, mecanismos e legislação que promovam a atuação do setor privado e da sociedade civil. A conversão da contínua degradação ambiental a que assistimos só será possível com o pleno respeito pelos Bens Comuns Globais, com o repensar da nossa pegada ecológica e com a alteração dos padrões de consumo. Além disso, na definição e implementação de estratégias “verdes”, é fundamental equacionar os seus impactos à escala global, sobretudo nas legítimas aspirações dos mais pobres a uma vida digna.

Mito

As alterações climáticas podem não ser provocadas pela ação humana

Realidade

As alterações derivam de uma concentração elevada de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera, causada pela queima de combustíveis fósseis - ligada aos transportes, à agricultura, à indústria, ao aquecimento - e por atividades humanas, como a urbanização e a desflorestação, conduzindo a alterações no uso dos solos que afetam o ciclo do carbono e contribuem também para o efeito de estufa.

As alterações climáticas são atualmente uma **realidade global** incontestável e politicamente urgente, tendo como principal causa os gases de efeito estufa (GEE) em resultado da ação humana. Constituem não apenas um problema ambiental, mas uma **emergência humanitária e de desenvolvimento** com proporções globais, afetando de forma desproporcional os países menos desenvolvidos e os setores da população mais pobres e vulneráveis. Estes países são os que têm menores responsabilidades históricas nas alterações climáticas e são também os que têm menor capacidade de resposta e adaptação.

Não é possível promover um desenvolvimento sustentável sem uma ação firme e inovadora no combate às alterações climáticas.

Atualmente, os objetivos do Acordo de Paris sobre o Clima e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável apoiam-se mutuamente, pelo que a sua prossecução deve ser realizada de forma integrada, coordenada e coerente. Quase todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão interligados com as alterações climáticas.

Persistem diversas incoerências nas políticas sobre alterações climáticas, incluindo (i) o facto de o Acordo de Paris ser necessário mas não suficiente para atingir os objetivos assumidos, (ii) várias insuficiências nos financiamentos climáticos, incluindo ao nível da descoordenação e duplicação de instrumentos; e (iii) diversas práticas incoerentes com o combate às alterações climáticas, como as subvenções aos combustíveis fósseis ou o financiamento público a infraestruturas com grande intensidade carbónica

RECOMENDAÇÕES GLOBAIS

É necessário **reforçar o nexo alterações climáticas-desenvolvimento**, quer incluindo as preocupações com o clima de forma sistemática nas estratégias e programas de desenvolvimento, quer conhecendo os impactos que as alterações climáticas estão a ter nos mais pobres

O Acordo de Paris deve ser cumprido na íntegra e os países devem ser mais ambiciosos nos seus compromissos determinados a nível nacional (NDC).

A arquitetura global de financiamento climático deve simplificar-se, concentrando a maior parte dos fundos no Fundo Verde do Clima e assegurando um **equilíbrio entre o financiamento da mitigação e da adaptação**.

Todos os intervenientes - os governos, as instituições multilaterais, as organizações internacionais, o setor privado – devem alinhar os seus financiamentos e investimentos segundo o objetivo de implementarem **economias hipocarbónicas**

... (mais recomendações em "[Alterações Climáticas e Desenvolvimento](#)")

Vídeos

[Apresentação do Estudo Alterações Climáticas e Desenvolvimento: “Coerência.pt - Filipe Duarte Santos Coerência.pt - Micro Filme Ambiente”:](#)

Links úteis

[Alterações Climáticas e Desenvolvimento](#)

[ONU Ambiente](#)

[OCDE: Alterações climáticas](#)

[CAN - Climate Action Network](#)

[União Europeia: Pol. Ação Climática](#)

[CIDSE – Justiça Climática](#)

[Agência Portuguesa do Ambiente](#)

[Roteiro para a Neutralidade](#)

[Carbónica 2050](#)

[Compromisso para o Crescimento Verde](#)

Recomendações para a Portugal

Implementar um **roteiro para a neutralidade carbónica** que inclua medidas concretas para ter terminar o uso de carvão para produção de eletricidade, aumentar fortemente o recurso a energia renovável, reformular o setor dos transportes, repensar a reabilitação urbana, promover a eficiência energética e florestar o país de forma sustentável. Poderá também ser útil rever as metas intermédias

Assegurar que a **cooperação e as questões do desenvolvimento global** estão presentes na implementação dos vários instrumentos de política climática.

Integrar de forma mais sistemática e coerente as preocupações climáticas nos **programas e projetos da cooperação portuguesa**

Promover uma **maior interligação e diálogo** entre as organizações da sociedade civil que trabalham na área do ambiente e do desenvolvimento, nomeadamente em questões de interesse comum como a Agenda 2030 ou a educação para a cidadania global



SEGURANÇA ALIMENTAR

SEGURANÇA ALIMENTAR

A União Europeia (UE) é o maior importador e o 2º maior exportador mundial de produtos agroalimentares. A nível europeu, temos assistido a um reforço das políticas para equilibrar o consumo e o desperdício, alertando cada vez mais os cidadãos e as indústrias para o desperdício alimentar. Nos países em desenvolvimento, contudo, milhões de pessoas não têm garantidas as condições mínimas para a sua soberania alimentar, enfrentando a escassez, o elevado preço dos alimentos e as fracas condições de produção, armazenamento e transporte. Não podemos adotar legislação apenas nesta área, sem ter em consideração as políticas ambientais, as políticas comerciais e de financiamento, bem como o seu efeito nos mais pobres. Só uma resposta integrada e coerente da UE permitirá uma real concretização do compromisso de assegurar a segurança alimentar para todos, tal como expresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Mito

Não há comida suficiente para alimentar a população mundial

Realidade

Segundo a FAO, os alimentos produzidos mundialmente dariam para alimentar até 14 mil milhões de pessoas. Existe, portanto, comida suficiente no mundo de hoje para que todos possam ter a nutrição adequada para uma vida saudável e produtiva. É preciso que a produção e a distribuição de alimentos sejam mais eficientes, sustentáveis e justas. Isso significa apoiar pequenos agricultores -e assegurar que eles tenham acesso adequado aos mercados para que possam vender seus produtos.

Ter **acesso a alimentos a preços acessíveis**, que promovam a saúde e a boa nutrição, para uma população mundial em crescimento, permanece um grande desafio internacional. No entanto, vivemos num mundo com uma incoerência de base: **815 milhões de pessoas passam fome**, numa população global de 7,8 mil milhões de pessoas, enquanto a totalidade dos alimentos produzidos atualmente dariam para alimentar quase 12 mil milhões de pessoas e 1/3 de todos os alimentos é perdido ou desperdiçado

A insegurança alimentar e nutricional é simultaneamente uma causa e um efeito da pobreza: se a malnutrição perpetua a pobreza e a privação, por outro lado a pobreza agrava a malnutrição e gera insegurança alimentar. **Os modelos insustentáveis de produção de alimentos**, os desequilíbrios na distribuição e acesso, a degradação ambiental, a escassez dos recursos e as alterações climáticas, o desperdício alimentar e os padrões de consumo não sustentáveis estão entre a multiplicidade de fatores que afetam as perspetivas de desenvolvimento, sendo simultaneamente influenciados pelos modelos de desenvolvimento prosseguidos.

As incoerências identificadas na atuação internacional e europeia de interligação entre a segurança alimentar e o desenvolvimento dizem respeito ao desinvestimento do setor do desenvolvimento nesta área, à indefinição sobre o envolvimento do setor privado (incluindo a inadequação da regulação sobre empresas e direitos humanos), à tomada de medidas que reforçam uma concorrência menos livre e justa no setor agroalimentar, à política europeia de agrocombustíveis e aos efeitos da Política Agrícola Comum.

Recomendações Globais

Implementar uma **abordagem baseada nos Direitos Humanos** e na visão integrada e holística do desenvolvimento presente na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Reforçar **os mecanismos globais de coordenação** e governação da segurança alimentar e nutricional, nomeadamente o Comité Mundial para a Segurança Alimentar,

Promover a aplicação eficaz das **orientações internacionais** e uma avaliação sistemática do cumprimento das mesmas

Aumentar os compromissos e os fundos para **empoderamento dos pequenos agricultores locais e para a agricultura familiar**, bem como para responder especificamente às necessidades dos grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar

Apoiar o **reforço das ligações nas cadeias de abastecimento**, entre os produtores, os mercados e os consumidores

... (mais recomendações em "[Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento](#)")

Vídeos

["Escola de Verão 2017 - Testemunho de Margarida Alvim"](#)

["Coerência.pt - Alfredo Cunhal Sendim"](#)

["Coerência.pt - Documentário 'O impacto dos Biocombustíveis'"](#)

["This video will change the way you see food"](#)

Links úteis

[Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030](#)

[FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura](#)

[Comité Mundial de Segurança Alimentar](#)

[Relator Especial das Nações Unidas sobre o](#)

[Direito à Alimentação](#)

[PAM – Programa Alimentar Mundial](#)

[PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento](#)

[Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola](#)

[União Europeia – Agricultura](#)

[The European Alliance on Agricultural](#)

[Knowledge for Development](#)

[Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição](#)

[Land Coalition](#)

Recomendações para Portugal

Implementar uma **abordagem baseada nos Direitos Humanos** e na visão integrada e holística do desenvolvimento presente na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Reforçar os mecanismos globais de coordenação e governação da segurança alimentar e nutricional, nomeadamente o Comité Mundial para a Segurança Alimentar,

Promover a aplicação eficaz das orientações internacionais e uma avaliação sistemática do cumprimento das mesmas

Aumentar os compromissos e os fundos para empoderamento dos pequenos agricultores locais e para a agricultura familiar, bem como para responder especificamente às necessidades dos grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar

Apoiar o reforço das ligações nas cadeias de abastecimento, entre os produtores, os mercados e os consumidores

... (mais recomendações em "[Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento](#)")



MIGRAÇÕES

As migrações têm sido apontadas pela União Europeia (UE) como um dos principais motores de desenvolvimento. É através do Diálogo de Alto Nível com as Nações Unidas que se pode fazer avançar a agenda mundial sobre migração e desenvolvimento, e promover medidas concretas que tenham um impacto significativo na vida dos migrantes e das suas comunidades. A securitização deste tema tem prejudicado a promoção da migração e da mobilidade enquanto fator de desenvolvimento dos países de origem e de destino. A UE deve implementar políticas e instrumentos que respeitem os direitos humanos, a dignidade dos migrantes e os seus direitos fundamentais, qualquer que seja o seu estatuto jurídico. São também necessárias respostas mais coerentes sobre a relação entre alterações climáticas, degradação ambiental e migração.

Mito

A pobreza é a causa principal das migrações. Mais desenvolvimento levará a menor migração internacional

Realidade

Na realidade, a melhoria do desenvolvimento socioeconómico no plano nacional tende a estimular, a curto e médio prazo, um aumento da migração internacional. Tal acontece porque há um aumento das expectativas relativamente à qualidade de vida e um maior acesso a recursos que permitem às pessoas equacionar a hipótese de saírem do seu país.

A mobilidade atingiu atualmente um nível elevado e sem precedentes, prevendo-se que, no futuro, o número de migrantes internacionais continue a aumentar, em resultado da globalização económica, das pressões demográficas e ambientais.

Os migrantes contribuem de forma muito positiva para o desenvolvimento dos países de origem e de destino; mas para potenciar esse impacto benéfico, são necessárias políticas integradas e coerentes.

Vários dos mitos existentes sobre a relação entre migrações são desmontados pelos factos. Por exemplo, a melhoria do desenvolvimento socioeconómico no plano nacional tende a estimular, a curto e médio prazo, um aumento da migração internacional, e não a diminuí-la. Os imigrantes tendem a contribuir mais em termos de impostos e contribuições sociais nos países onde residem, do que recebem em benefícios. E o espaço europeu precisa, de forma estrutural e crescente, de imigrantes com diferentes níveis de qualificações e competências.

As políticas migratórias da União Europeia nos últimos dois anos, em resposta ao aumento do fluxo de migrantes e refugiados - denotam várias incoerências, inclusive com os seus valores fundamentais, que se materializam numa abordagem securitária em detrimento do desenvolvimento, na limitação das vias legais de imigração e em políticas restritivas que tendem a criminalizar o migrante irregular, bem como na instrumentalização da ajuda ao desenvolvimento.

RECOMENDAÇÕES GLOBAIS

Face a uma securitização das migrações, é necessário **reforçar o binómio migração-desenvolvimento**, reconhecendo e incentivando o contributo dos migrantes para o desenvolvimento dos países de origem e de destino através de políticas e medidas concretas, ao nível global, regional, nacional e local.

Assegurar o **respeito pelas convenções internacionais sobre Direitos Humanos**, exortando os países a implementarem políticas que efetivamente protejam os direitos humanos dos migrantes, incluindo o direito de asilo.

Adotar um **Pacto Global para os migrantes e refugiados** que seja efetivamente um acordo mundial sobre as políticas migratórias

Clarificar a missão e mandato das principais organizações internacionais nesta área, **coordenar de forma mais eficaz** o quadro institucional existente, e desenvolver orientações normativas mais harmonizadas e comuns, com base nas convenções existentes sobre múltiplos aspetos das migrações.

... (mais recomendações em "[Migrações e Desenvolvimento](#)")

Vídeos

[“Apresentação do Estudo Migrações e Desenvolvimento - Coerência.pt”](#)

[“Coerência.pt - André Costa Jorge”](#)

[“What does it mean to be a refugee?”](#)

[“Projeto Coerência.pt - Rosário Farmhouse”](#)

Links úteis

[Nações Unidas: Refugiados e Migrantes](#)

[Fórum Global sobre Migrações e](#)

[Desenvolvimento](#)

[Organização Internacional para as](#)

[Migrações Mapa interativo das migrações no mundo](#)

[Pacto Global sobre Migrações](#)

[OCDE: Migrações](#)

[MADE - Migration and Development Civil Society Network](#)

[União Europeia – Políticas de migração](#)

[Website Europeu sobre Integração](#)

[CONCORD Europe – Migration &](#)

[Development](#)

[Portugal: Alto Comissariado para as](#)

[Migrações](#)

RECOMENDAÇÕES PORTUGAL

Reforçar a ligação entre migrações e desenvolvimento no plano estratégico e político, assegurando que o enquadramento legislativo e das políticas de migração tem um impacto positivo no desenvolvimento

Avaliar as disparidades e lacunas existentes entre o enquadramento legislativo, considerado um exemplo positivo relativamente aos direitos dos imigrantes e a prática das instituições e dos procedimentos aplicados, tomando medidas concretas para melhorar a aplicação das leis e promover melhor coordenação entre instituições

Valorizar e divulgar mais amplamente as boas práticas existentes, nomeadamente as iniciativas de acolhimento e integração ao nível local e municipal em todo o país

Promover estudos e avaliações independentes e fundamentadas, que forneçam evidências concretas sobre o contributo dos migrantes para o desenvolvimento do país

Monitorizar o contributo de Portugal para a meta 10.7 do ODS 10, quer no plano interno

... (mais recomendações em [“Migrações e Desenvolvimento”](#))



COMÉRCIO E FINANCIAMENTO

A União Europeia (UE) e os seus Estados-membros continuam a ser o maior doador de ajuda ao comércio a nível mundial, mas é necessário garantir também que os acordos comerciais espelham as prioridades dos países em desenvolvimento. A ajuda ao comércio deve capacitar os pequenos produtores e empresas, facilitar a diversificação dos mercados nacionais, reforçar a igualdade de direitos das mulheres, aprofundar a integração regional e reduzir a desigualdade de rendimentos. Também o combate aos fluxos financeiros ilícitos, um sistema fiscal eficiente, justo e transparente, e um financiamento orientado para a sustentabilidade reforçarão o processo de desenvolvimento. Só assim estaremos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e poderemos de facto “não deixar ninguém para trás”.

Mito

Os acordos de comércio livre são favoráveis para os países mais pobres

Realidade

Estes acordos podem não ser favoráveis aos países mais pobres. Por um lado, os países mais ricos mantêm frequentemente medidas protecionistas das suas exportações, incluindo barreiras não-tarifárias que resultam numa dificuldade de acesso para os produtos dos países mais pobres a esses mercados, enquanto os países mais pobres acordam em abrir totalmente os seus mercados aos produtos dos países mais

O **volume do comércio mundial está a aumentar**, mas os países mais pobres do mundo (Países Menos Avançados – PMA) continuam a representar uma parcela exígua do comércio, a ter grandes dificuldades de acesso aos mercados mundiais e às cadeia de valor globais.

Um maior volume de comércio não significa necessariamente mais desenvolvimento, nem uma partilha equitativa desses benefícios por todos. Na realidade, os impactos do comércio no desenvolvimento **variam muito, entre países e dentro dos países**, dependendo de vários fatores internos (como a composição das economias, a diversificação económica, o tipo de produtos exportados, a capacidade institucional, etc.) e externos (os acordos de comércio e a integração regional, as barreiras existentes ao comércio, a procura e o preço internacional dos produtos, entre outros). **Os acordos de comércio livre não são necessariamente favoráveis para os países mais pobres. E os fluxos financeiros que saem dos países em desenvolvimento** (em fluxos financeiros ilícitos, evasão fiscal de empresas internacionais, faturação comercial fraudulenta, corrupção...) são superiores aos montantes que estes recebem (p.ex. em ajuda ao desenvolvimento, IDE e remessas).

Persistem várias incoerências na interligação entre comércio, finanças e desenvolvimento, nomeadamente a persistência de barreiras tarifárias e não-tarifárias, a fragmentação do quadro internacional, a inação perante os fluxos financeiros ilícitos, entre outras. São necessárias políticas fiscais, orçamentais e comerciais mais adequadas e coerentes, ao nível global, regional e local, que evitem a marginalização dos mais pobres e permitam um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

RECOMENDAÇÕES GLOBAIS

Reforçar o **sistema multilateral de comércio e o papel da OMC** como organismo de regulamentação do comércio multilateral à escala global. Continuar a reduzir as **barreiras comerciais**, principalmente as barreiras não-tarifárias e os custos de comércio, nomeadamente através da implementação efetiva do Acordo de Facilitação de Comércio e dos pacotes de apoio aos países mais pobres

Reformular a **governança global** de forma a promover um **sistema financeiro e comercial que também funciona para os mais pobres**, através (i) da reforma das Instituições Financeiras Internacionais para que estas se tornem mais inclusivas, democráticas, responsabilizáveis e transparentes e (ii) do reforço dos mecanismos de transparência e participação dos países mais pobres e de atores da sociedade civil nas discussões, negociações e políticas comerciais

Investir nas **avaliações dos impactos (potenciais e reais)** dos acordos comerciais e das barreiras comerciais nos países mais pobres e nas populações mais vulneráveis

...mais recomendações em "[Comércio, Finanças e Desenvolvimento](#)"

Vídeos

[“Maximizing Finance for Development”](#)

[“Rethinking development finance”](#)

[“Cash machine’ Apple creates poor societies”](#)

[“Tax Havens: The Great Scam”](#)

[“10 things you should know about cash transfers”](#)

Links úteis

[Business Call to Action](#)

[Global Financial Integrity](#)

[Organização Mundial do](#)

[Comércio](#)

[OCDE](#)

[Conferência das Nações Unidas](#)

[para o Comércio e](#)

[Desenvolvimento](#)

[Comissão Europeia – Política](#)

[comercial](#)

[Comércio Justo](#)

RECOMENDAÇÕES PORTUGAL

Continuar a **apoiar os países parceiros** da cooperação portuguesa no reforço de capacidades na área financeira e fiscal, com enfoque nos quadros jurídicos e regulamentares, na capacitação institucional e no desenvolvimento humano

Apoiar cada vez mais **projetos e ações que fomentem o comércio justo, ético e responsável**, quer no âmbito da política comercial, quer no âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento

Reforçar o **papel coordenador da agência portuguesa de cooperação**, de forma a promover a integração efetiva da coerência das políticas para o desenvolvimento nas várias políticas setoriais

No quadro multilateral, **atuar como facilitador** da integração das preocupações dos países mais pobres e vulneráveis nos acordos, enquadramentos, políticas e mecanismos de governação internacionais



SEGURANÇA

É impossível alcançar o desenvolvimento sustentável sem paz e segurança, bem como garantir uma paz duradora sem desenvolvimento. Sendo as causas da pobreza também causas de conflito, a União Europeia (UE) deve dar uma resposta concreta à raiz dos problemas e apostar em abordagens integradas e coerentes no combate à pobreza, à insegurança e à violência. A Estratégia Global para a política externa e de segurança da UE reconhece a importância da coerência das políticas, mas deve passar das palavras à prática e atuar pelo exemplo, na “construção de uma ordem mundial assente no direito internacional, que garanta a paz, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável (...). Uma ação que se traduza numa aspiração transformadora, e não de mera preservação do sistema existente.”

Mito

O terrorismo afeta especialmente os países desenvolvidos

Realidade

A violência inspirada por ideias radicais no plano ideológico e religioso, e o medo do alastramento na Europa através de atos terroristas, desafiam o nosso entendimento sobre o que significa estar seguro. Os 20 países mais afetados pelo terrorismo são todos países em desenvolvimento. Para além disso, os países com maior número de ataques terroristas e de vítimas são, em muitos casos, países já consumidos por guerras civis ou por conflitos – mais de 90% dos atentados em 2015 tiveram lugar em países afetados por conflitos violentos.

A violência, a criminalidade, a insegurança e os conflitos armados têm um impacto destrutivo enorme no desenvolvimento dos países **acentuando a pobreza de várias formas, com grandes custos humanos, económicos e sociais**. Pelo contrário, a marginalização económica, a discriminação e a exclusão, bem como as desigualdades a falta de acesso à justiça e a ineficácia das instituições mina a paz e o desenvolvimento

É necessário **promover atitudes, instituições e estruturas que criem e sustentem sociedades pacíficas** (“paz positiva”), bem como **colocar** a segurança humana como elo de ligação entre paz e desenvolvimento

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável vem integrar, pela primeira vez ao nível global, **a paz e a segurança como objetivo de desenvolvimento (ODS16)**.

Identificam-se muitas incoerências na interligação entre segurança e desenvolvimento, na ótica da CPD (i) uma má gestão das expectativas, com a tendência para aplicar modelos padronizados e/ou concebidos externamente; (ii) a prevenção de conflitos é claramente secundarizada face à necessidade de reação e de gestão de crises; (iii) o perigo de securitização do desenvolvimento e a instrumentalização da própria ajuda ao desenvolvimento; (iv) a ajuda ao desenvolvimento é insuficiente e desadequada nestes contextos; (v) as tensões e incoerências entre os vários intervenientes da União Europeia

RECOMENDAÇÕES GLOBAIS

Implementar uma abordagem baseada nos **direitos humanos**, enquanto elemento transversal da interligação entre segurança e desenvolvimento. Isto significa que a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos são encarados como valores fundamentais para o desenvolvimento, e que as necessidades das pessoas, a segurança humana e o direito ao desenvolvimento são vistos como centrais na promoção da segurança e da paz;

Utilizar a **Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável como o enquadramento preferencial para orientação das ações de promoção da paz, segurança e desenvolvimento;

Definir e executar políticas, ações e projetos de **ajuda ao desenvolvimento** que tenham em consideração as dinâmicas sociais locais, o contexto político e as questões de segurança;

Definir e executar políticas e ações de **paz e segurança** que tenham em conta os aspetos de desenvolvimento

...mais recomendações em "[Segurança e Desenvolvimento](#)"

Vídeos

[Coerência.pt - Ana Santos Pinto](#)

[Coerência.pt - Livia Franco](#)

[Coerência.pt - Vítor Serrano](#)

Links úteis

[Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030](#)

[Fundo Central das Nações Unidas para a Resposta de Emergência Diálogo Internacional sobre Construção da Paz e do Estado](#)

[G7+ "Goodbye Conflict, Welcome Development](#)

[União Europeia: Serviço Europeu de Ação Externa](#)

[União Europeia: ECHO](#)

[SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute](#)

RECOMENDAÇÕES PORTUGAL

Rever a **Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento**, de 2009, **dotando-a dos instrumentos operacionais** - medidas, indicadores, calendarização, entidades responsáveis, operacionalização de mecanismos de coordenação;

Reforçar as **ações de apoio à resiliência dos países parceiros** da cooperação portuguesa e a implementação da Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência;

Continuar a apostar na **capacitação institucional em vários setores dos países parceiros como uma área de mais-valia evidente** da cooperação portuguesa face a outros doadores, respondendo, para isso, a várias dificuldades no aproveitamento desse valor acrescentado, ao nível estratégico, institucional e operacional;

Em consonância com as recomendações do CAD-OCDE à cooperação portuguesa, **melhorar a análise e monitoria de como as políticas setoriais em áreas-chave estão a afetar os países em desenvolvimento.**

MAS PORQUE O DESENVOLVIMENTO É UMA RESPONSABILIDADE PARTILHADA, podemos ativar o nosso papel através do reforço do conhecimento e da ação

Para os iniciados em questões de CPD sugerimos a leitura do [GUIA DE SOBREVIVÊNCIA](#), um manual indispensável a todos os que querem agir na promoção desta temática.

Destacamos ainda o **GUIA DE AÇÃO CIDADÃ**, em que apresentamos um conjunto de ações que pode empreender no seu dia-a-dia para garantir a transformação social, política, económica e ambiental.

Todos os nossos recursos estão disponíveis no portal www.coerencia.pt. Através de vídeos, testemunhos, newsletters, ações de *advocacy* o seu conhecimento sobre CPD será reforçado, tal como a sua vontade de agir.

Junte-se a nós na promoção de um mundo mais justo, mais digno, mais inclusivo e mais sustentável.

COERÊNCIA.PT

#ParceirosNoDesenvolvimento



Cofinanciamento

